

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

Maria Luísa Pereira de Oliveira

**SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DAS MULHERES NEGRAS –
EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

**São Leopoldo
2009**

Maria Luísa Pereira de Oliveira

**SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DAS MULHERES NEGRAS – EFEITOS DA
DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Saúde Coletiva**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Stela Nazareth Meneghel

São Leopoldo

2009

O48s Oliveira, Maria Luísa Pereira de
Subjetividade e identidade das mulheres negras: efeitos da discriminação racial / por Maria Luísa Pereira de Oliveira. -- São Leopoldo, 2009.

104 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, São Leopoldo, RS, 2009.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Stela Nazareth Meneghel ; Co-orientação: Prof. Dr. Jefferson de Souza Bernardes”.

1.Violência contra mulheres negras. 2.Racismo – Mulheres negras. 3.Discriminação racial – Mulheres negras. 4.Subjetividade – Identidade – Mulheres negras. 4.Análise do discurso narrativo – Mulheres negras. 5.Enfrentamento – Resistência. I.Título.

CDU 316.647.3-055.2(=96)
323.12-055.2(=96)
316.6-055.2(=96)

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

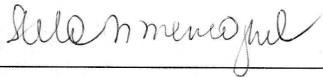
Maria Luisa Pereira de Oliveira

"Subjetividade e identidade das mulheres negras – efeitos da discriminação racial"

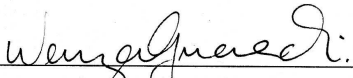
Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Saúde Coletiva**.

Aprovado em 24 de agosto de 2006.

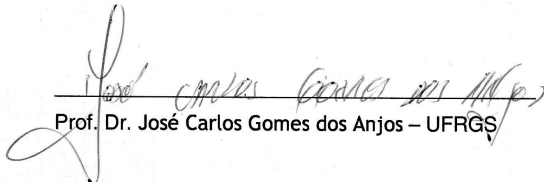
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UNISINOS



Profa. Dra. Neusa Maria de Fátima Guareschi – PUCRS



Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos – UFRGS

**À Maria Mercedes, Jordelina, Rachel, Maria Rita
e todas que me antecederam, resistiram e permitiram que eu chegasse aqui**

Agradecimentos

Tenho tanto a agradecer... Início pelos meus afetos mais íntimos, Maria Mercedes, Maria Lúcia e Alberto, pela compreensão com as ausências, paciência, apoio incondicional e amor que sempre me fizeram acreditar que estava no caminho certo e, em muitos momentos, caminharam e pensaram por mim para que pudesse me dedicar ao estudo.

Às amigas Andréa Costa e Silvia Ramão que sempre me incentivaram e com isso me lembraram que poderia retomar o processo de escrever.

À Stela Meneghel que muito mais que orientadora, passa a fazer parte da minha história.

Ao Jefferson Bernardes, pela acolhida e oportunidade de me aproximar de um referencial ainda estranho no início do trabalho.

À Neuza Guareschi que acolheu o projeto e gentilmente nos apontou um caminho teórico possível para sua realização.

À toda a equipe de Maria Mulher, especialmente às mais próximas: Conceição, que não cansa de acreditar em mim; Gil, sempre alegre e disposta a colaborar; Letícia que ultimamente trabalha sozinha. E a todas que, nos últimos tempos, assumiram atividades para que eu pudesse estar mais livre para a conclusão do curso.

À Maria Mulher por toda a aprendizagem que transformou minha vida e a Nô pelo convite para ingressar na organização.

Às beneficiárias do programa SOS Racismo, que me confiaram seus sentimentos e sofrimentos, especialmente às participantes do grupo de pesquisa.

À Irene Santos pela linda arte das capas de apresentação.

À todas e todos que de alguma forma estão perto de mim e fazem com que eu tenha a sensação de confiança e de estar acompanhada para o que for necessário.

SUMÁRIO

1. PROJETO DE PESQUISA	09
1.1. INTRUDUÇÃO	12
1.2. JUSTIFICATIVA	18
1.3. REFERENCIAL TEÓRICO	22
1.4. QUESTÕES NORTEADORAS	37
1.5. OBJETIVOS	38
1.6. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	39
1.7. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	46
1.8. CRONOGRAMA	48
1.9. ORÇAMENTO	49
REFERÊNCIAS	50
ANEXO	55
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PESQUISA	56
2.1. COMO TUDO COMEÇOU	57
2.2. O INÍCIO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	57
2.3. A SAÚDE COLETIVA	60
2.4. O INÍCIO DOS ESTUDOS	60
2.5. A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE MULHERES NEGRAS	61
2.6. CONHECENDO NOSSAS PARTICIPANTES	62
2.7. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GRUPOS	69
2.8. FALANDO NA ANÁLISE	71
2.9. AVALIANDO O PROCESSO	75
3. ARTIGO	76
3.1. INTRODUÇÃO	79
3.2. CONSTRUINDO O CAMINHO DA PESQUISA	82
3.3. DAS VOZES SILENCIADAS AO GRITO DA DENÚNCIA	87
3.4. PALAVRAS FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA**

Maria Luísa Pereira de Oliveira

**CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DAS
MULHERES NEGRAS: EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

SÃO LEOPOLDO

2005

Maria Luísa Pereira de Oliveira

**CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DAS
MULHERES NEGRAS: EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

**Projeto de Pesquisa apresentado para
Banca de Qualificação
Orientadora: Prof. Dra. Stela N.
Meneghel**

Co-orientador: Prof. Dr. Jefferson Bernardes

SÃO LEOPOLDO

2005

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. JUSTIFICATIVA	18
3. REFERENCIAL TEÓRICO	22
4. QUESTÕES NORTEADORAS	37
5. OBJETIVOS	38
5.1. Objetivo Geral	38
5.2. Objetivos Específicos	38
6. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	39
7. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	46
8. CRONOGRAMA	48
9. ORÇAMENTO	49
REFERÊNCIAS	50
ANEXO	55

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o tema da violência racial/étnica contra as mulheres ainda se constitui em uma fonte de pesquisas pouco explorada no contexto social. Faz-se imprescindível uma reflexão sobre a importância da produção de conhecimentos referentes a aspectos teóricos e conceituais de questões que perpassam a vida em sociedade e a forma como essa sociedade encontra-se estruturada. Para que se possa avançar na compreensão das especificidades da violência contra as mulheres negras, que repercutem na subjetividade e na constituição da identidade dessas mulheres, é preciso que áreas das Ciências da Saúde – Saúde Mental e Saúde Coletiva - construam um olhar sobre esse tema, pesquisem e sistematizem os conhecimentos produzidos.

O fenômeno da violência contra as mulheres atinge a todas indiscriminadamente e independente do pertencimento social, econômico ou racial/étnico (Saffioti,1987). No entanto, indicadores sociais apontam que as mulheres negras encontram-se mais vulneráveis à violência em função da combinação de fatores sociais, como baixa escolaridade, elevado nível de desemprego e subemprego, e, sobretudo, devido à forma como se dão as relações

raciais na sociedade (IPEA, 2001). Essa forma estabelece relações de poder entre as diferentes raças/etnias, hierarquiza as relações entre a população negra e a população branca e permite a transmissão e a reprodução da ideologia da raça dominante. Esse último aspecto determina que as mulheres negras estejam mais expostas aos efeitos da violência e com menores condições de acesso a oportunidades que poderiam facilitar o enfrentamento da violência sofrida. Além dos prejuízos para a vida concreta e material, observa-se um prejuízo para a subjetividade dessas mulheres que tem sua identidade constantemente atacada e desrespeitada.

A necessidade de estudos sobre o tema dos efeitos do racismo para a subjetividade e identidade das mulheres negras vem sendo pensada desde o início de minha participação em um programa de atendimento a pessoas que sofrem discriminação em função de seu pertencimento racial. Este serviço é desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, desde janeiro de 2001, por Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, uma organização não-governamental que tem como missão institucional combater as discriminações de gênero, raça/etnia e classe social. O cumprimento dessa missão procura ser operacionalizado através de algumas linhas de ação: uma delas abriga o programa denominado SOS Racismo – Um Serviço Essencial para a Cidadania que acolhe e encaminha pessoas atingidas por racismo e discriminação racial oferecendo atendimento jurídico, na perspectiva da aplicação do princípio constitucional que torna crime a prática da discriminação racial e do racismo, e atendimento psicossocial, na perspectiva de que a discriminação se constitui num tipo de violência que causa prejuízos subjetivos e nas relações sociais. O atendimento em Psicologia disponibiliza o apoio e a continência necessários para que as vítimas possam enfrentar as condutas

discriminatórias que são um tipo de violência. Além do atendimento prestado às vítimas por meio de entrevistas individuais, estudos de caso, oficinas de sensibilização e encaminhamentos, também ocorrem a sistematização de dados e registros para a construção de conhecimentos específicos sobre a área das relações raciais. A busca pelo direito e pela cidadania, através da complementaridade entre os saberes do Serviço Social, do Direito, da Psicologia e da Educação colabora no processo de fortalecimento da identidade racial das beneficiárias e beneficiários que chegam ao programa, manifestando intenso sofrimento e fragilidade emocional decorrentes da violência sofrida.

A experiência enquanto psicóloga tornou possível realizar uma escuta mais atenta de relatos que evidenciam características subjetivas e sofrimento psíquico que se repetem e se tornam comuns nas verbalizações de quem sofre discriminação racial. A fala das pessoas que buscam o programa manifesta que as conseqüências advindas para quem passa por esses episódios de racismo e discriminação racial são tão graves ou mais do que aquelas condições provocadas por outras formas de violência que já se encontram descritas na literatura das Ciências da Saúde. As conseqüências dos diferentes tipos de violência para a saúde das mulheres negras e para a saúde mental, ainda não se encontram contempladas em muitos estudos. Giffin (1995) apresenta alguns resultados de estudos e dados internacionais sobre a violência contra a mulher, bem como sobre as conseqüências para a saúde provocadas por essa forma de violência, onde o agressor é, mais freqüentemente, um conhecido íntimo. No entanto, pouco ou quase nada se sabe sobre os efeitos para os processos de subjetivação e constituição das identidades das mulheres negras decorrentes das condutas discriminatórias sofridas no cotidiano. Segundo Carneiro (2003) as mulheres negras vem há anos buscando alargar o conceito de

violência contra a mulher para além da agressão e do abuso sexual, pela introdução do conceito de violência racial entre as práticas que produzem dano físico, psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. A autora coloca que o racismo gera outras violências adicionais, potencializando um agravamento da violência de gênero, tornando, assim, indispensável o recorte racial nos estudos desse fenômeno. Caldwell (1999), refere que os estudos das feministas brasileiras ainda se recusam a ver as diferenças raciais, ressaltando que deixam implícita a suposição de que o racismo é um fenômeno individual e não um fenômeno disseminado por todas as instituições e práticas sociais.

(...) A redução do racismo a um fenômeno individual é prática comum no país, evidente em atitudes cotidianas, que opera no nível lingüístico através do uso hegemônico do termo preconceito em lugar de racismo, tanto nos discursos oficiais quanto nos populares (Caldwell, 1999, p. 103).

Para Ramão, Meneghel e Oliveira (2004) fundamentando-se em Guattari (1992) a subjetividade é essencialmente produção social. Esse último autor a define enquanto composição de fluxos de afeto, intensidades pré-verbais da ordem do invisível, evocados por instâncias inter-humanas manifestas pela linguagem e instâncias identificatórias relativas a interações institucionais, sociais e culturais. É nesse contexto que se insere minha proposta de pesquisa que buscará compreender os efeitos da discriminação racial e do racismo para a produção de subjetividade e constituição da identidade de mulheres negras que sofrem violência racial e as estratégias de resistência criadas por essas mulheres para o enfrentamento às violências.

Compreender os efeitos da violência do racismo para os processos de subjetivação e para a identidade das mulheres negras, denunciar as conseqüências

para a saúde, incluir este tema específico nos estudos e pesquisas e oportunizar espaço para a emergência das estratégias de enfrentamento a esse tipo de violência, são ações que ainda precisam ser cumpridas pela academia e pelo ativismo político e social. A construção desse saber, produzido à luz dos pressupostos teóricos da Saúde Coletiva, precisa ser incorporada ao cotidiano da assistência e à implementação de políticas públicas para o combate à violência contra as mulheres. Os saberes e conhecimentos produzidos serão importantes para fundamentar as, tão necessárias, ações em saúde para esse segmento específico da população.

No entanto, é preciso estar alerta para evitar a vitimização das mulheres negras. Carneiro (2001) chama a atenção para a necessidade de se ter cuidado para não aprisionar as mulheres negras em um papel de vítimas e, com isso, desconhecer a sua participação nas diferentes formas de resistência empreendidas pela totalidade da população negra e pelas mulheres de maneira bastante peculiar. A autora salienta que os formuladores e executores das ações em saúde devem levar em consideração não apenas os fatores que produzem a maior vulnerabilidade das mulheres negras, mas também as potencialidades e o fortalecimento que esse segmento vem construindo ao longo do tempo em relação ao tema da saúde. Para finalizar, uma citação da autora que resgata o conhecimento de que, historicamente, os cuidados com a saúde têm sido uma atribuição das mulheres e não são poucos os aportes que as mulheres negras têm trazido para a sociedade brasileira através da herança cultural africana.

(...) Uma cultura que considera a saúde não apenas como um estado de ausência de doenças e, indo mais além da definição de equilíbrio biopsicossocial da Organização Mundial de Saúde, propõe-se a considerar o equilíbrio dinâmico, fundado em trocas interativas com as diversas dimensões da existência: os vivos e os mortos; as plantas, os animais, os minerais; as dimensões internas e externas, como também anteriores e posteriores ao corpo, visão esta que traz implicações mais profundas ao conceito de prevenção (Carneiro, 2001, p. 2).

2 JUSTIFICATIVA

O programa SOS Racismo é desenvolvido por Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, que alertou, de forma pioneira, na época de sua fundação, o movimento feminista e o movimento negro para a necessidade de serem abordadas questões específicas das mulheres negras.

A experiência como psicóloga, nesse programa de atendimento, caracteriza-se pela realização de um acolhimento que reúne condições bastante peculiares. Esse acolhimento tem oportunizado a escuta de relatos das vítimas de discriminação racial e racismo que permitem perceber as repercussões que as situações discriminatórias provocam nas mulheres negras. O levantamento de dados do programa aponta que até o mês de março de 2005, a maioria das demandas recebidas foi encaminhada por mulheres e o atendimento psicossocial registra que são as mulheres que permanecem mais tempo atendidas através de entrevistas individuais ou familiares. Além disso, as mulheres relatam de modo mais detalhado e preciso os episódios de discriminação racial e racismo sofridos e a equipe de trabalho constata que elas têm demonstrado compreensão mais acurada da violação de direitos, dos efeitos causados e dos prejuízos nas relações sociais.

As ofensas associadas à raça, a reprodução de estereótipos discriminatórios atribuídos às pessoas negras, o impedimento do acesso a oportunidades de trabalho,

a bens e serviços causam repercussões na saúde física e mental da população negra que são facilmente percebidos nos relatos de sintomas físicos e emocionais verbalizados nas entrevistas.

Na década de 1990 foram publicados diversos estudos que revelam a precariedade das condições de vida da maioria da população negra brasileira, afirmando que existem significativas desigualdades entre negros e brancos dentro da mesma classe social, o que só pode ser explicado pelo racismo e discriminação racial presentes na sociedade. Diferentes instituições de pesquisa socioeconômicas como DIEESE (2001) e IPEA (2001) demonstram a profunda desigualdade existente entre a população branca e a população negra no que se refere às condições de acesso a bens de consumo e serviços. Esses escores também aparecem em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, instrumento de análise desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, da Organização das Nações Unidas - ONU, que utiliza escolaridade, renda e longevidade dos grupos populacionais. Os resultados dessas pesquisas atestam o quanto as condições de vida da população negra encontram-se prejudicadas em relação à população branca, fazendo com que viva em situação de precariedade e acesso desigual a serviços. O IDH medido somente entre a população negra brasileira, ocupa cinco posições abaixo do medido na África do Sul, país que até recentemente viveu sob regime oficial de segregação racial - o *apartheid*. Os diferentes IDHs encontrados entre negros e não negros no Brasil refletem, por fim, a coexistência num mesmo território, de praticamente dois países diferentes. Podem ser verificadas situações de racismo e discriminação racial tanto nas relações privadas quanto nas relações públicas. Um olhar mais atento identifica condutas preconceituosas e discriminatórias nas relações de trabalho quando negras e negros não são considerados aptos para assumir cargos

de gerenciamento ou administração; quando as crianças negras nas escolas são consideradas portadoras de dificuldades de aprendizagem e de conduta; quando se verifica uma tímida presença de artistas ou apresentadores negros nos meios de comunicação; ou quando se observa uma abordagem policial em que jovens são considerados suspeitos tendo como único motivo o fato de serem negros.

Sobre as mulheres negras, especialmente, recaem estereótipos instituídos a partir das relações escravistas estabelecidas logo no início da História do Brasil. Desde a época em que o país ainda era uma colônia, as mulheres negras são consideradas como objetos de uso sexual e, atualmente, têm sua imagem pejorativamente hipersexualizada nos meios de comunicação social. Ao mesmo tempo são desvalorizadas, desqualificadas esteticamente e são as vítimas preferenciais do turismo sexual, precisando conviver com a negação da dimensão racial nas desigualdades sociais.

Para algumas vertentes teóricas das ciências da saúde e da saúde mental a constituição das identidades individuais e coletivas se dá a partir do estabelecimento de relações com outros, isto é, nos constituímos no olhar do outro. Assim sendo cabe interrogar como se faria a constituição da identidade negra, em especial das mulheres, já que as relações raciais ocorrem de maneira hierarquizada, presumindo a superioridade de mulheres brancas sobre as negras que não são percebidas como modelos de beleza e nem como ideais de escolhas afetivas, dificultando a construção de uma identidade racial positiva e desejável.

O interesse dessa pesquisa concentra-se na compreensão dos efeitos da discriminação racial e do racismo na subjetividade e identidade de mulheres negras. Ao colocar-se no papel de pensar e produzir sobre o tema, a pesquisadora busca entender como as vivências discriminatórias, as tentativas de negação da

humanidade e desvalorização exercem conseqüências na saúde física e mental de mulheres negras, no que se refere à subjetividade e identidade. O racismo está presente, naturalizado e muitas vezes invisível na totalidade das relações sociais, dificultando a possibilidade de ser objetivamente percebido e contestado. Por outro lado, sabe-se que os grupos em situação de exclusão inventam estratégias para resistir e fazer frente às violências e discriminações. Desse modo, a construção de estratégias de resistência e enfrentamento vêm sendo articuladas pela população negra como um todo e pelas mulheres negras em particular, ao longo da história do país. No Brasil, as mulheres negras desempenharam um papel decisivo no período pós-abolição, quando, conseguindo inserção no mundo do trabalho através do trabalho doméstico, foram indispensáveis para a manutenção econômica e social das famílias negras. Essa pesquisa também pretende observar e potencializar a utilização dessas estratégias de resistência e enfrentamento na população do estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos sobre a população negra no Brasil tiveram início no fim do século XIX, conforme coloca Munanga (1996). Segundo o autor, esses estudos foram desenvolvidos sob duas correntes de pensamento: a primeira, iniciada por volta de 1870, marcadamente influenciada pela antropologia racialista que apresentava os negros como uma categoria racial inferior e considerava que isso poderia comprometer negativamente o futuro do Brasil em função da mestiçagem entre as três raças: negra, branca e indígena. Outros estudiosos consideravam que a mestiçagem seria algo bastante positivo possibilitando o branqueamento da população e, dessa forma, eliminando gradualmente “o sangue inferior” de negros e índios, resolvendo, então, a questão da formação da identidade nacional. Santos e Maio (2004), denominam essa vertente como paradigma racial. Já no século seguinte, na década de 1930, assiste-se a chegada de uma outra corrente teórica, influenciada pelo culturalismo, que reforçava a inferioridade da raça com o argumento de que haveria uma inferioridade também na cultura negra. Essa segunda vertente, a do paradigma cultural, tem seu representante maior em Gilberto Freyre (Santos e Maio, 2004).

Munanga (1996) salienta que os estudiosos das duas correntes não se debruçaram sobre a natureza das relações entre brancos e negros, ou brancos e indígenas, caracterizadas pelas desigualdades em função da discriminação racial prevaiente em uma sociedade ideológica e politicamente dominada pela população branca. Além disso, o pensamento dessas correntes teóricas minimizou a opressão e as desigualdades raciais, possibilitando que fosse forjado o mito da democracia racial, que projetou o Brasil para os olhos do mundo como o único país em que existiria uma convivência harmoniosa entre as diferentes raças.

Após a Segunda Guerra Mundial, a crença da comunidade internacional de que o Brasil seria uma espécie de paraíso multirracial onde poderiam, tranqüilamente, coexistir diferentes populações, faz com que seja financiado, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), um ciclo de pesquisas sobre relações raciais no país. Surgia, assim, a terceira corrente de pensamento: o paradigma da estrutura social, segundo Santos e Maio (2004). Munanga (1996), lembra que a expectativa desse projeto de pesquisa era descobrir um modelo de relações raciais capaz de inspirar outros países do mundo com conflitos dessa ordem. Porém, o que foi revelado é que a discriminação racial e racismo não só existiam como impediam a mobilidade social de mulheres e homens negros. Na vanguarda desses estudos encontravam-se sociólogos da Universidade de São Paulo (USP), tendo à frente Florestan Fernandes seguido por Oracy Nogueira, Roger Bastide, Thales de Azevedo, Octavio Ianni e outros. Esses autores consideraram que a discriminação racial brasileira se devia a vestígios do passado escravista, o que veio a ser refutado posteriormente com o aprofundamento dos estudos sobre o tema que apontaram que o racismo constatado era produto da sociedade brasileira contemporânea e

repousava sobre outros antagonismos além daqueles do escravismo. No final da década de 1970, estudos sociológicos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva contestam o mito da democracia racial com base em dados quantitativos sobre as desigualdades raciais no Brasil.

Controlando os dados para eliminar os efeitos da variável classe social, Hasenbalg provou por meio de suas pesquisas que a raça, como atributo social historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social (Hasenbalg e Silva, 1988, p. 26).

Os estudos sobre a utilização do conceito de raça vêm passando por transformações ao longo do tempo e do desenvolvimento das pesquisas no campo das ciências da saúde e das ciências humanas e alguns autores defendem o uso desse conceito na perspectiva de sua formulação como construção social.

Salienta-se que o uso da categoria “raça” é inevitável nas pesquisas de saúde, principalmente na análise do racismo, mas é preciso não legitimar o conceito biológico de “raça”, produzir inferências incorretas sobre as causas das disparidades “raciais” na saúde e reforçar o preconceito racial (Monteiro, 2004, p. 51).

Dos Anjos (2004) destaca a pertinência teórica da correlação entre etnia e concepção de corpo, de um lado, e entre raça e saúde, de outro. O autor segue a sugestão de Michel Foucault de que a categoria raça, em sua acepção moderna, é correlata à disseminação de tecnologias locais de poder para a administração de populações, visando a constituição do corpo saudável e homogêneo da nação, o adestramento e a maximização das forças produtivas.

Segundo dos Anjos (2004), no século XX, o discurso sobre a luta das raças transforma-se em discurso racista sobre pureza biológica de um povo, de uma nação. Isso ocorre junto ao processo de emergência de um biopoder para o qual é

fundamental a noção de saúde das populações. Para ele, trata-se de uma outra modalidade de poder que se assenta sobre a crescente capacidade do Estado de conceder a vida e de gerir a saúde da população de seu território. Além disso, utiliza a genealogia de poder de Michel Foucault para mostrar sob que possibilidades uma configuração de enunciados e relações de poder impõem injunções a que se fale de certo modo de raça, etnia e saúde.

Buscando compreender as transformações no discurso sobre as raças, dos Anjos (2004), apoiando-se em Michel Foucault, diz que quando a saúde se coloca como questão pública, o homem ocidental emerge racializado:

Com efeito, o que é o racismo? É na verdade, o meio de introduzir um corte, nesse domínio da vida de que o poder se encarrega: o corte entre aquele que deve viver e aquele que deve morrer. No continuum biológico da espécie humana, a aparição das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar o campo biológico de que o poder se encarrega; uma forma de separar no interior da população, alguns grupos em relação a outros (Foucault, 1997, p. 227, tradução do autor).

Para dos Anjos (2004), desde a desconstrução da categoria raça, sob o duplo efeito da perversidade do nazismo e do questionamento, pelo menos no espaço da ciência, do evolucionismo e do etnocentrismo, o debate sobre a pertinência analítica da categoria raça, tem emergido com particular tensão. Os intelectuais repetidamente enfatizam a “não-cientificidade” da categoria, ao mesmo tempo em que, sob o impacto das contundentes denúncias e reivindicações do movimento negro, o racismo brasileiro aparece cada vez mais como tema incontornável.

O autor mostra que o discurso racialista que emerge na Europa, no século XIX, se dissemina pelas nações com urgência tanto maior quanto está na ordem do dia a construção da nacionalidade. E, no Brasil, após a colonização e o fim do

sistema escravista, esse discurso racialista reorganiza as práticas discursivas e, conseqüentemente, produz espaços para novas modalidades de dominação que se alimentam dos dispositivos de biopoder.

Realizando uma leitura dos conceitos de etnia, raça e saúde sob uma perspectiva nominalista¹, dos Anjos (2004) interroga a relação entre as epidemias e os grupos sociais de maior vulnerabilidade social. Se o Estado moderno só exerce seu poder de morte “deixando morrer”, o fato de os negros no Brasil estarem mais sujeitos à falta de informação, falta de meios de prevenção e escasso acesso a serviços de saúde, se inscreve no quadro de uma formação social historicamente racista. Assim, a pertinência da categoria raça passa a estar intrinsecamente vinculada à existência de desigualdades ligadas ao modo de operação de mecanismos sociais – a educação escolar, a seletividade do mercado de trabalho, a pobreza, a organização familiar.

A dominação racial estabelece ao racialmente dominado o lugar da desonra, onde o outro é objeto de prazer, de políticas higienistas, de controle e de acusação de uma sexualidade não-domesticada. A relação entre etnia, saúde, sexualidade e gênero se articula de modo estrito quando se vê como a dominação étnica coloca a etnia dominada numa posição similar à do gênero dominado: a de objeto de apreciação e de mediações que o retiram do lugar de sujeito para tornar necessária a constituição do lugar de porta-voz. Poderia se falar de uma analogia entre a dominação étnica e a dominação de gênero que faz com que grupos racialmente dominados estejam como que circulando por territórios de outrem, favorecendo a invisibilização, impondo uma certa censura às possibilidades de falar no próprio nome, produzindo o lugar objetificado e estruturando um espaço para emergência de

mediadores tanto mais ventríloquos quanto identitariamente distanciados do grupo que submetem a objetificação. Essas similaridades fazem com que as ideologias da sexualidade estejam carregadas de pressupostos sobre raças (dos Anjos, 2004).

Carneiro (2004) também assinala que a constatação da inexistência das raças e de que a diversidade intragrupos é maior do que entre os grupos diferentes, que a ciência vem revelando nos últimos tempos, não tem impacto sobre as diversas manifestações de racismo e discriminação racial em ascensão no mundo, o que reafirma o caráter político do conceito de raça e a sua atualidade, a despeito de sua insustentabilidade do ponto de vista biológico. A mesma autora acrescenta:

Raça é hoje e sempre foi um conceito eminentemente político cujo sentido estratégico foi exemplarmente sintetizado pelo historiador Antony Mark em seu livro Making Race and Nation, onde ele afirma que: 'Raça é uma questão central da política... porque o uso que as elites fizeram e fazem da diferença racial foi sempre com o objetivo de provar a superioridade branca e assim manter seus privilégios, à custa da escravidão e exploração. Essa atitude foi sempre compartilhada com os setores populares brancos interessados em se associar às elites. Historicamente, esse comportamento foi comum às elites do Brasil, da África do Sul e dos Estados Unidos (Carneiro, 2001, p. 2).

A autora continua dizendo que o conceito de raça foi instituído e se prestou para justificar a escravização e a exploração de um grupo racial sobre outros. Nos dias de hoje, a negação da realidade social da raça, e da necessidade dela decorrente, de focalizar as políticas públicas nos segmentos historicamente discriminados serve para manter a perpetuação da exclusão e dos privilégios que a ideologia que sustenta esse conceito produziu e reproduz cotidianamente.

Para uma compreensão mais profunda da pertinência do uso do conceito de raça é necessário não perder de vista que esse conceito sustenta-se pela existência

¹ O autor adota aqui a leitura de J Rajchman de que a genealogia proposta por Foucault é nominalista no sentido de que o que é analisado não são as coisas mas os termos, categorias e técnicas, através do que as coisas tornam-

do racismo nas sociedades. O conceito de racismo o define como uma ideologia e prática que utiliza critérios de raça para discriminar, segregar, humilhar e oprimir. O racismo hierarquiza diferenças raciais e étnicas baseando-se na crença da existência de uma raça superior. A discriminação racial é a atitude ou ação de distinguir, separar os grupos humanos (as raças), tendo por base idéias preconceituosas. A discriminação supervaloriza determinados grupos humanos e sua cultura, desenvolvendo a idéia de que são melhores do que outros grupos.

(...) é a manifestação comportamental do preconceito, ou seja, é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado (Silva, 2001, p. 76).

Preconceito e discriminação reforçam-se mutuamente, sendo que o preconceito cria uma base ideológica para a discriminação. Em geral, o preconceito racial é acompanhado de atitude discriminatória em relação a outro grupo humano (raça).

As conseqüências da discriminação racial e do racismo são nefastas não somente para as pessoas e os grupos discriminados, mas também para toda a sociedade na medida em que criam as desigualdades raciais.

O racismo revela-se basicamente em três níveis: individual, institucional e cultural. No nível individual, um membro de um grupo racial julga-se superior simplesmente por pertencer ao grupo tido como superior (branco, por exemplo). No nível institucional, o racismo dispõe as instituições (Estado, escola, igrejas, empresas, partidos políticos, etc) a serviço dos pressupostos do racismo individual; limita, a partir de algumas práticas institucionais as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos de pessoas (negras, por exemplo) a determinadas posições ou ao seu desenvolvimento pleno. No nível cultural, pode ser entendido como a expressão individual e institucional da superioridade da herança cultural de um

grupo étnico-racial com relação a outro; ou seja, o racismo se expressa na cultura quando todos os saberes produzidos pelas sociedades milenares africanas, por exemplo, não têm o valor cultural de saberes greco-romanos (Silva, 2002, p. 77).

Pode-se inferir que há um acordo tácito de silêncio entre a população branca que silencia sobre o racismo brasileiro. Mesmo aqueles considerados progressistas, intelectuais, ativistas que lutam contra as desigualdades, dificultam as reflexões sobre sua participação privilegiada no processo de discriminação racial. Observa-se de um lado a estigmatização de um grupo como perdedor, e de outro um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia concreta e simbolicamente (Carone e Bento, 2002).

Ainda como conseqüências do racismo e da discriminação observa-se uma espécie de eterna busca pela aceitação que negras e negros precisam realizar sem, contudo, ver seus esforços traduzidos em inclusão social. Essa busca constante pode ser vista, por exemplo, na pressão que a população negra sofre para tornar sua imagem semelhante a imagem dos brancos, ou na imposição de experienciar condutas forjadas na sociedade capitalista ocidental, como por exemplo a necessidade de consumir. As autoras interpretam aqui que *o dever ser imposto por uns tem de retornar em querer ser de outros* (Carone e Bento, 2002, p. 54).

Saffioti (1987) aponta que os seres humanos organizam a sociedade hierarquicamente e construíram conjuntos de regras para reger os comportamentos. Por sua capacidade de simbolizar e construir cultura, os seres humanos atribuíram significado a suas ações e às dos outros, assim como aos objetos e aos fatos. Nas sociedades não existe apenas um eixo de hierarquização, havendo, socialmente, a construção de sistemas ideológicos para reger o comportamento entre homens e

mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, crianças, adultos e velhos, entre pessoas consideradas normais e aquelas rotuladas como loucas etc.

Para a compreensão dos efeitos do racismo e discriminação racial busca-se fundamentação no conceito de “identidades” forjado pelos teóricos do campo dos Estudos Culturais, liderados por Stuart Hall. O uso do conceito de identidade é encontrado em diversas disciplinas e campos do conhecimento como a Filosofia, Biologia, Psicologia e outros tantos. Nessa pesquisa, a discussão dos conceitos de subjetividade e identidade será tomada a partir da perspectiva dos Estudos Culturais segundo os quais existe uma produção de culturas distintas, intercambiantes e móveis, constituídas simbolicamente, portanto, discursivamente. Nesse sentido, as práticas culturais constituem as identidades e subjetividades.

Nos Estudos Culturais, conforme Bernardes e Hoenisch (2003), a cultura é concebida como o próprio instrumento de análise das identidades e dos processos de subjetivação, não sendo tomada como uma categoria de análise. A revisão do conceito de cultura inaugurou o que foi a chamada “virada cultural”, que pensa a cultura no domínio simbólico, na produção de significações e, portanto, constituindo visões de mundo que são, também, posições-de-sujeitos no mundo. Essa compreensão não tem a ver com teorias de papéis sociais, mas sim com a interpelação da cultura no sentido de instigar indivíduos ou grupos sociais a ocuparem determinadas posições, a se identificarem com determinados discursos, tomando-os como verdades, alinhando-se a determinadas significações que os tornam o que são.

A concepção de subjetividade (...) fundamenta-se, principalmente, no proposto por Michel Foucault: Trata-se, em suma, da história da subjetividade, se entendemos esta palavra como o modo no qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade no qual está em relação consigo mesmo (Bernardes e Hoenisch, 2003, p. 117).

Colocando de outra forma, os mesmos autores dizem que subjetividade trata-se de uma produção tributária do social, da cultura sendo entendida como uma formação existencial, uma emergência constituída em determinado tempo-espço, modos pelo qual o sujeito se observa e se reconhece como um lugar de saber e de produção de verdade.

Essa concepção aproxima-se da vertente teórica do construcionismo social que enfatiza o poder determinante do lingüístico, do discursivo e do significado na constituição dos mundos mentais e considera a subjetividade como parte do tecido relacional, da trama social em que todos os indivíduos estão sempre inseridos (Domènech, Tirado e Gómez, 2001). No entanto, esses autores apontam a necessidade de romper com dicotomias articuladoras das ciências sociais (exterior e interior, nesse caso) e introduzem a figura da dobra criada por Gilles Deleuze, que compreende a subjetivação como um processo de agrupação, de agregação, de composição, de disposição, de agenciamento ou arranjo, de concreção sempre relativa ao heterogêneo de corpos, vocabulários, inscrições, práticas, juízos, técnicas, objetos que acompanham e determinam. O conceito de dobra, compreendido como criação de possibilidades de existência que rejeita a ordem de identificação existente, adquire uma dimensão política e é necessário para combater uma individualidade imposta (Domènech, Tirado e Gómez, 2001).

De acordo com Bernardes e Hoenisch (2003), os Estudos Culturais propõem uma resignificação do conceito de identidade que resulta em uma performance emergente de uma intersecção de campos de saber, tais como a perspectiva de identificações da psicanálise, o princípio de igualdade e diferença da lingüística, os movimentos de migração, enfim, uma composição semiótica. Assim, a identidade passa a ser constituída em uma rede discursiva (e não em essências), tratando-se

de uma fixação em uma determinada posição na linguagem, constituída a partir da diferença, sendo ambas (identidade e diferença) produtos do discurso, da cultura. A identidade se expressa na forma como se torna algo ou alguém em uma determinada composição de grupo, etnia, raça, gênero, família ou profissão. Os mesmos autores colocam que as identidades são móveis, intercambiantes, inscrevendo-se em zonas de fronteira, nas quais os encontros com a diferença constituem novas combinações, interessando saber como essas identidades são construídas e entendidas, bem como os efeitos que produzem.

Hall (2003) afirma o valor estratégico dos discursos de identidade negra diante do racismo, com suas múltiplas raízes nos diversos níveis da formação social: político, econômico, social, cultural. Esses discursos enfocam sempre o jogo da diferença, a natureza intrinsecamente hibridizada de toda identidade, e das identidades diaspóricas em especial, entendidas como um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e nunca uma essência ou substância a ser examinada.

D' Adeski (2001) considera que a identidade é relacional uma vez que implica a relação do mesmo e do outro, bem como daqueles que são os mesmos em suas diferenças, sujeitos que são semelhantes e constituem um mesmo conjunto, um mesmo todo. A identidade introduz as relações entre a diferença e a universalidade, supondo a presença de um ou diversos fatores de unificação. O fenômeno da identificação social é de uma complexidade extraordinária e a noção de pertencimento é elemento essencial para a instalação de uma identidade coletiva. Freud (1997) já apontava que cada indivíduo participa de diversas almas coletivas que são as da sua raça, da sua classe, da sua comunidade confessional, de seu país. Assim, identificação social é um conjunto de processos pelos quais um

indivíduo se define socialmente, se reconhece como membro de um grupo e se reconhece nesse grupo (d' Adeski, 2001).

Hall (1997), teorizando sobre a formação de uma identidade nacional inglesa já afirmava que a identidade emerge, não de um centro interior, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados pelos discursos de uma cultura e pelo desejo de responder aos apelos feitos por esses significados.

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (Hall, 1997, p.26).

O autor diz que isso significa que as identidades sociais devem ser pensadas como construídas culturalmente. Para Hall (1997) as subjetividades são produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico, sendo fácil perceber por que a compreensão desse processo teve que ser reconstruída a partir da própria cultura e por que é cada vez mais difícil manter a tradicional distinção entre interior e exterior, entre o social e o psíquico.

Do ponto de vista da psicanálise, Costa (1983) coloca que a violência racista se exerce pela impiedosa tentativa de destruir a identidade do sujeito negro que é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades do seu corpo.

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar e anular a presença do corpo negro (Costa, 1983, p.2).

Carone e Bento (2002) estudando as relações raciais no Brasil, retomaram o conceito de ideologia do branqueamento que se constitui num discurso que atribui

aos negros o desejo de branquear ou alcançar privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade racial/ étnica positiva. Esse mecanismo significa a existência de uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca para que negras e negros neguem a si mesmos, como uma espécie de condição para se integrar a nova ordem social, sem, contudo, possibilitar essa inclusão.

Diferentes autoras (Souza, 1983; Chagas, 1996; Carone e Bento, 2002) apontam que o processo de constituição da identidade racial/étnica da população negra brasileira é fragilizado por diversos atravessamentos. A negação da negritude passa pela necessidade de aceitação e a intenção de buscar o branqueamento. A eficácia dos argumentos da ideologia do branqueamento, a assimilação dos preconceitos e estereótipos contribui para a fragilidade da identidade étnica/racial e leva ao sofrimento, à baixa auto-estima e ao sentimento de inferioridade (Chagas, 1996).

A naturalização e a banalização das condutas racistas e discriminatórias fazem com que a população negra esteja, constantemente, exposta a situações de constrangimento e humilhação que provocam o desenvolvimento de diversos níveis de sofrimento psíquico que comprometem a saúde física e mental de negras e negros brasileiros. Conforme estudos já realizados por Santos (1983), pode-se perceber o aparecimento de determinadas condições emocionais diretamente relacionadas com a forma como as mulheres negras são atingidas pela violência racial e que interfere na produção de sua subjetividade. Em seu estudo, a psicanalista descreve, a partir de histórias de vida, várias condições clínicas que são facilmente observáveis: sentimentos de culpa e de inferioridade; defesas fóbicas; tristeza e/ou depressão; ansiedades persecutórias e condutas de evitação logo após o episódio da discriminação sofrida.

A constituição da identidade das mulheres negras encontra-se perpassada pela forma peculiar com que a violência de gênero incide sobre elas. *“Violência de gênero designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e o seu caráter é relacional”* (Almeida, 2003, p.02).

Embora a violência contra as mulheres atinja a todas indistintamente, as mulheres negras encontram-se mais vulneráveis, pois um determinado conjunto de situações aumenta as possibilidades de sofrimento ou adoecimento desse grupo social. O entrelaçamento que se dá entre violência de gênero, violência racial e violência sexual ainda continua sendo invisibilizado na maioria dos estudos sobre o tema. Carneiro (1999) aponta que são conhecidas as condições históricas do processo que construiu a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras especialmente na escravidão. O que já foi denominado “estupro colonial”, de homens brancos sobre mulheres negras e indígenas forjou o mito da democracia racial, pela mestiçagem que produziu, e está na origem de todas as construções sobre a identidade nacional e da hierarquização presente nas relações de gênero e de raça/etnia na sociedade. Ao longo do tempo pode-se identificar, facilmente, a prática perpetuada e reproduzida histórica e socialmente, e impunemente tolerada da expropriação dos corpos das mulheres negras utilizadas como objetos sexuais: o escravismo; a utilização de trabalhadoras domésticas para a iniciação sexual de jovens patrões e/ou diversão dos mais velhos; a prática do turismo sexual, notadamente no nordeste; a exploração sexual e o tráfico de mulheres (Carneiro, 1999).

Segundo Gilliam (1999) “(...) o papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitado; a desigualdade entre homem e mulher é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras é romantizada” (Revista Maria Maria, 1999, p.19).

Carneiro (1999), reforça a importância e a necessidade da dimensão racial ser considerada e estar presente na produção de conhecimentos acerca da violência contra as mulheres e da violência de gênero. “Diante desse cenário, resta perguntar: como é possível que o racismo, a discriminação e a violência racial permaneçam como temas periféricos no discurso e na militância sobre a questão da violência contra a mulher?” (Revista Maria Maria, 1999, p.21).

Para Souza (1983) a construção de uma nova identidade é uma possibilidade gerada a partir da voz de negros que, batem-se por construir uma identidade que lhes dê feições próprias, e fundada, portanto, em seus interesses, transformadora da História – individual e coletiva, social e psicológica. A mesma autora, refere-se de maneira mais específica ao processo de constituição da identidade das mulheres negras dizendo que:

(...) saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e ,sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.” (Souza, 1983, p.17).

4 QUESTÕES NORTEADORAS

1. Quais os efeitos da discriminação racial na construção da identidade e nos modos de subjetivação das mulheres negras?
2. Que estratégias de resistência e enfrentamento são construídas pelas mulheres negras frente à violência racial?

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral:

- Compreender os efeitos da discriminação racial na construção da identidade e nos modos de subjetivação de mulheres negras atendidas no Programa SOS Racismo/ Porto Alegre;

5.2 Objetivos Específicos:

- Construir uma intervenção: grupo-dispositivo com mulheres negras vítimas de discriminação racial;
- Estimular a construção de estratégias de resistência e enfrentamento à discriminação racial.

6 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Essa pesquisa é um estudo com abordagem qualitativa que será realizada junto ao programa SOS Racismo, desenvolvido pela organização não-governamental denominada Maria Mulher – Organização de Mulheres negras, do município de Porto Alegre. Esse programa recebe queixas de racismo e discriminação racial e oferece atendimento do ponto de vista jurídico e psicossocial.

A organização Maria Mulher foi criada no ano de 1987. Naquela época, tratava-se de um grupo de mulheres militantes do movimento feminista e do movimento negro, que entenderam ser necessários estudos e discussões acerca das especificidades das mulheres negras não contempladas em nenhum dos movimentos. No ano de 1998, a organização passou a intervir através do desenvolvimento de projetos sociais, com o objetivo de cumprir a missão institucional de combater as discriminações de raça/etnia, gênero e classe social. Em 2001, teve início a operacionalização do programa SOS Racismo que visa combater o racismo e a discriminação racial.

O estudo será desenvolvido na ONG, onde, como psicóloga, a pesquisadora realiza o acolhimento das pessoas que buscam auxílio. A intervenção através de uma abordagem grupal vem sendo pensada desde o início do desenvolvimento das

ações do programa. Contudo não havia sido possível operacionalizá-la, o que começa a ser vislumbrado agora. Assim, a formação do grupo será mais uma ferramenta a ser utilizada como intervenção do programa, devendo continuar após o término dessa pesquisa. Minayo (1997) aponta algumas peculiaridades da metodologia da pesquisa social: uma delas é a identidade entre sujeitos e objeto de investigação. A pesquisa social investiga seres humanos que têm um substrato comum, possibilitando o envolvimento destes sujeitos. Outra característica, dessa metodologia, é seu caráter político, à medida em que se assume que toda ciência é comprometida. A condição de mulher negra, certamente, contribuirá para um melhor posicionamento da pesquisadora, pois possibilitará empatia e compreensão dos sentimentos e repercussões provocadas pelas condutas discriminatórias relatadas pelas mulheres que realizam as denúncias no programa.

As intervenções realizadas através da metodologia de grupos de mulheres já vêm sendo utilizadas no trabalho das questões de gênero e da violência contra as mulheres. Essa ferramenta, introduzida pelo movimento feminista, vem tomando lugar na pesquisa e na construção de conhecimento. Os grupos de mulheres oportunizam a reflexão sobre saúde e direitos humanos, reforçam o poder de negociação nas relações conjugais e a participação comunitária. Visam, assim, o fortalecimento das mulheres e o exercício da plena cidadania.

Para Minayo (1997) os estudos qualitativos operam com o universo de significados, aspirações, valores, motivos, crenças e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Portanto, o referencial teórico-metodológico abrangerá em primeiro lugar o referencial do grupo dispositivo, baseado em Benevides Barros (1994; 1997); e, em segundo lugar, o referencial da

análise das práticas discursivas, baseado em Spink (1999), Iñiguez (2004), e Bernardes (2004).

Os primeiros formuladores do grupo dispositivo partiram dos referenciais da Análise Institucional Socioanalítica, que desde a metade do século XX, começou a contribuir para a abordagem dos fenômenos sociais que colocasse em cheque o jogo de interesses e de poder encontrados no campo da pesquisa. Estava se formando o projeto político da pesquisa-intervenção, que se propõe ao reequacionamento da relação sujeito-objeto e o redirecionamento da relação teoria-prática (Paulon, 2002). Esse projeto de pesquisa, portanto, alinha-se à proposta de pesquisa-intervenção quando busca construir uma ação grupal estimuladora de estratégias de enfrentamento à discriminação racial.

Para a realização desse grupo, será utilizado o referencial teórico-metodológico do *grupo dispositivo*. Acredita-se que esse referencial oportunizará a produção de sentidos sobre as violências raciais sofridas e os efeitos produzidos a partir daí. O grupo também oportunizará a produção de narrativas de resistência e estratégias de enfrentamento das discriminações. Benevides Barros (1997) coloca que o que caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado de criar, é o seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos que procuram explicar dando a tudo o mesmo sentido.

Benevides Barros (1994) conceitua grupo como uma possibilidade de colocar em questão a problemática da economia do desejo e dos processos de subjetivação e o define a partir de cinco elementos constitutivos: pluralidade de indivíduos, objeto comum, espaço dado, tempo definido e contexto social. Quando se desloca a noção de grupo para a noção de subjetividade, continua a autora, o que se encontra é multiplicidade e provisoriedade. Então o grupo deixa de ser o modo como os

indivíduos se organizam, para ser um dispositivo, um catalizador existencial que poderá produzir focos mutantes de criação.

Os grupos representam um caminho para a construção de estratégias coletivas de resistência para as mulheres. O grupo é uma estrutura básica de trabalho e investigação, assim como uma instância de ancoragem do cotidiano. As forças interacionais internas dos grupos implicam em sustentação e apoio sócio-emocional, no fortalecimento das interações emocionais, na comunicação aberta, no compromisso e responsabilidade, na participação efetiva e na construção de uma individualidade crítica (Meneghel e cols. 2000).

Portanto, o grupo dispositivo, não se reduz a uma técnica de pesquisa, ao contrário, vai além do exercício de produção de uma dissertação, apresentando, a todo o momento, o posicionamento da pesquisadora. Maraschin (2004), argumenta que a pesquisa-intervenção deve se constituir como inovação, ao propor perspectivas metodológicas capazes de sustentar ações de intervenção para além da pesquisa propriamente dita.

A população estudada será constituída por, aproximadamente, 10 mulheres beneficiárias do programa que tenham procurado o serviço para denunciar condutas discriminatórias. As mulheres serão convidadas a participar através de entrevista individual quando já serão explicados os objetivos do estudo. Será formado um grupo em que as mulheres serão estimuladas a falar sobre os efeitos causados em suas vidas pelos episódios de racismo e discriminação racial sofridos. Os grupos serão realizados com frequência semanal e duração em torno de 5 sessões. O tempo médio de duração de cada grupo será de, aproximadamente, 50 minutos à 1 hora, sob orientação da equipe de pesquisa. As informações das participantes serão retiradas da Ficha de Identificação utilizada no programa, que é preenchida pela

profissional que realiza o acolhimento na entrada do serviço. Os diálogos realizados nos grupos serão gravados com gravador e fita cassete para posterior transcrição.

A análise dos diálogos produzido nos grupos será fundamentada pelo referencial teórico-metodológico da análise das práticas discursivas. Segundo Bernardes (2004) as práticas discursivas são compreendidas como a linguagem em uso, isto é, a forma pela qual as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas.

Iñiguez (2004) coloca que a linguagem assumiu um protagonismo nas ciências sociais nos últimos anos. Um dos eixos que fundamenta essa perspectiva é o *giro lingüístico*, porque fez surgir a possibilidade de a ação científica ser considerada como uma prática social equivalente a qualquer outro tipo de ação social. O autor considera relevante que, além de ser uma alternativa teórico-metodológica, a reflexão teórica que deu origem à Análise de Discurso é uma perspectiva a partir da qual se analisa os processos sociais.

Para a análise das práticas discursivas será utilizada a construção dos mapas dialógicos (Bernardes, 2004) a partir da transcrição dos diálogos do grupo. Os mapas dialógicos são instrumentos de visualização do processo de internanimação que permitem entender as múltiplas modalidades de diálogos (Spink, 2004). Os mapas se constituem em uma ferramenta a partir da qual categorias ou temas principais do estudo são evidenciados.

Segundo Spink (2004), os mapas de associação de idéias (dialógicos) se constituem em instrumentos de avaliação e têm os objetivos de ser subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos próprios do processo interpretativo.

Os mapas têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção lingüística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentidos (Spink, 2004, p. 107).

Os mapas serão utilizados como o manancial a partir do qual a pesquisadora irá encontrar os repertórios lingüísticos ou unidades analíticas básicas do discurso, utilizadas nas falas cotidianas dos sujeitos com os quais se trabalha, e se constituem de vocábulos, expressões, metáforas e termos utilizados pelos participantes do grupo (Spink, 2004; Bernardes, 2004). A técnica para a construção dos mapas envolve os seguintes passos: transcrição de toda a entrevista; construção de tabela(s) com um número de colunas correspondentes às categorias utilizadas; transferência do texto para as colunas, respeitando a seqüência do diálogo (Spink, 2004).

Iñiguez (2004) aponta que a utilidade dos repertórios encontra-se no fato de permitir ver como os falantes confrontam as conversações e como definem planos através da colocação estratégica de temas. Os repertórios permitirão a reelaboração das categorias com vistas a refletir os objetivos do estudo. Inicialmente, para essa pesquisa, pensou-se nas seguintes categorias:

- Raça e discriminação racial;
- Efeitos da discriminação racial;
- Construção de identidade;
- Modos de subjetivação;
- Estratégias de enfrentamento às discriminações.

No entanto, Spink (2004) salienta que, embora iniciando a pesquisa com categorias teóricas, de acordo com os objetivos, o próprio processo de análise pode levar à redefinição das categorias.

Os resultados desta pesquisa serão devolvidos ao grupo dispositivo, como parte do próprio processo da pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

As mulheres participantes da pesquisa serão convidadas através de entrevista individual quando já serão explicados os objetivos do estudo. Serão assegurados os direitos de recusa a participação, em qualquer momento do estudo, sem qualquer prejuízo para continuarem sendo atendidas no programa. Será explicitado, nessa entrevista, e, posteriormente, no momento do início do grupo, os objetivos da pesquisadora com a constituição desse grupo, já que a intervenção deverá ser incorporada às ações do grupo e ela seguirá no local, coordenando essa atividade. Será apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em anexo nesse projeto. Será, ainda, solicitada autorização para gravação das falas durante a realização dos grupos. Ressalto aqui que a perspectiva ética está sendo compreendida de acordo com o que formula Spink (1999) dizendo que suas reflexões sobre ética e pesquisa são desenvolvidas em favor de uma ética da responsabilidade pautada na compreensão dos fatores sociais passíveis de dar sustento à competência ética. É o que Spink vai chamar de “Ética Dialógica”. Essa autora pensa a pesquisa como uma prática social, sujeita, então, à reflexividade, exigindo clareza quanto aos objetivos, métodos ou processos de interpretação e, também, quanto aos possíveis usos desses conhecimentos. A pesquisa ética, nessa

perspectiva, parte do pressuposto que a dialogia é intrínseca aos processos de exercício da pesquisa.

Nesse caso a ênfase é dada às formas das relações consigo mesmo e com os outros, aos procedimentos e às técnicas pelas quais são elaboradas, aos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer e às práticas que permitem transformar seu modo de ser (Spink, 1999, p. 7).

O Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução nº 196/96 aprovou diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Seguindo o disposto nessa resolução esse projeto de pesquisa será encaminhado para aprovação ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Será elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em anexo no projeto, para ser lido, entendido e assinado pelas participantes da pesquisa, a fim de autorizarem a utilização das informações coletadas.

8 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PERÍODOS DE EXECUÇÃO
Revisão da Literatura	Setembro 2004 – Junho 2005
Elaboração do Projeto de Pesquisa	Janeiro 2004 – Junho 2005
Encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS	Agosto 2005
Qualificação do Projeto de Pesquisa	Agosto 2005
Coleta de Informações	Setembro – Outubro 2005
Análise das Informações	Outubro 2005 – Janeiro 2006
Discussão dos resultados e Considerações Finais	Fevereiro 2006 – Março 2006
Elaboração do artigo científico/dissertação	Abril 2006 – Junho 2006
Digitação, Revisão e Entrega da Dissertação	Julho 2006
Defesa da Dissertação	Agosto 2006

9 ORÇAMENTO

Material de consumo	R\$ 600,00
Busca de artigos (Bases de Dados)	R\$ 200,00
Bibliografia	R\$ 500,00
Locação de equipamento de vídeo e som	R\$1.000,00
Digitação	R\$ 400,00
Revisão de português	R\$ 500,00
Transcrição de fitas	R\$ 500,00
Total	R\$ 3.700,00

REFERÊNCIAS

ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

ALMEIDA, Â. **Violência de Gênero**. In: BRASIL. SEDH-PR. Mulher e Violência nas perspectivas da Justiça e Saúde. Porto Alegre, 2003.

ANJOS, José Carlos dos. **Etnia, raça e saúde**: sob uma perspectiva nominalista. In: MONTEIRO, S.; SANSONE, L. (org.). **Etnicidade na América Latina**: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

BARROS, Regina Benevides. **Dispositivos em ação**: o grupo. In: SILVA, A. E. (org.) **SaúdeLoucura**: subjetividade – questões contemporâneas. Vol. 6. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Grupos e Produção**. In: BAREMBLIT, Gregório (org.) **SaúdeLoucura**: grupos e coletivos. Vol. 4. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BERNARDES, Anita G.; HOENISCH, Júlio C. D. **Subjetividades e identidades**: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: GUARESCHI, Neusa M. F.; BRUSCHI, Michel E. (orgs). **Psicologia Social nos Estudos Culturais**: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

BERNARDES, Jefferson S. (2004). **O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil – permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais**. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. PUCSP, São Paulo, Brasil.

CALDWELL, Kia Lilly. **Ethnographies of identity: (re)constructing race and gender in contemporary Brazil.** Austin: University of Texas, 1999.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras, violência e pobreza. In: **Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano nacional diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas para as mulheres.** Brasília: A Secretaria, 2003.

_____. Mulheres negras e violência. In: **Documento da articulação de mulheres negras brasileiras – rumo à III conferência mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas conexas de intolerância.** Rio de Janeiro, 2001. p. 1/2.

_____. É muito pior do que parece. In: **Revista Maria Maria.** UNIFEM. Ano 1, nº 0, 1999.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. e col. **Psicologia social do racismo.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CHAGAS, Conceição C. das. **Negro: uma identidade em construção.** Petrópolis: Vozes, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 196/96 sobre pesquisa envolvendo seres humanos. In: **Bioética**, v. 4, n. 2, supl., 1996.

DIEESE. Boletim Especial. **Os números da desigualdade racial no Brasil**. 2001.

DOMÈNECH,; M. TIRADO,; GÓMEZ, L. **A dobra**: psicologia e subjetivação. In: SILVA, T. T. (org.) **Nunca Fomos Humanos**: nos sentidos do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. [online]. 1994, v.10, supl.1 [citado 21 Novembro 2004], p.146-155. Disponível na World Wide Web:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-311X. Acesso em 21.11.2004

GILLIAM, Ângela. É muito pior do que parece. In: **Revista Maria Maria**. UNIFEM. Ano 1, n. 0, 2001.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A Centralidade da Cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação e Realidade**. São Paulo, 1997. V. 22, n.2.

HASENBALG, C. e SILVA N. do V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, 1988.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Os fundamentos da Análise do Discurso**. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (org.) **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis:Vozes, 2004.

MENEGHEL, S. ; ARMANI T.; SEVERINO R. **Cotidiano Violento** – oficinas de promoção em saúde mental em Porto Alegre. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5 (1):193-203, 2000.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil**. In: SCHWACZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Souza (orgs.). **Negras imagens**. São Paulo: Edusp, 1996.

PAULON, S. M. **A análise de Implicação como ferramenta na pesquisa intervenção**. Porto Alegre, 2002 (mimeo).

RAMÃO, S. R.; MENEGHEL, S. N.; OLIVEIRA, C. S. **Nos caminhos de lansa: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero.** São Leopoldo, 2004 (mimeo).

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Melhoramento, 1987.

SANTOS, Ricardo Ventura e MAIO, Marcos Chor. **Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica.** *Mana*, abr. 2004, vol.10, no.1, p.61-95.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPINK, M. J.; LIMA H. **Rigor e visibilidade:** a explicitação dos passos da interpretação. In SPINK, Mary Jane (org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A ética na pesquisa social:** da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. São Paulo, 1999 (mimeo).

ANEXO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O projeto chamado **Construção das Identidade e Modos de Subjetivação de Mulheres Negras: efeitos da discriminação racial**, buscará compreender as conseqüências trazidas para mulheres que sofreram discriminação racial e denunciaram no programa SOS Racismo/Porto Alegre e gravadas em fita cassete. As informações serão coletadas através de reuniões em grupo de algumas mulheres atendidas nesse programa. Nesse grupo, será pedido que as participantes falem a respeito das ofensas ou agressões sofridas.

Pelo presente termo, declaro que concordo em participar nesta pesquisa, pois fui informada, de forma explícita e detalhada e sem constrangimento, das atividades que estarei participando, da garantia de receber resposta sobre minhas dúvidas sobre a pesquisa, de que meu nome não será divulgado e da liberdade de retirar meu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento que desejar.

A pesquisadora responsável por este projeto de pesquisa é Maria Luísa Pereira de Oliveira (fone: 9994-3769), tendo este documento sido revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Este documento será assinado em duas vias, uma das quais permanecerá com as participantes do grupo.

Porto Alegre, ____ / ____ / ____ .

Nome e assinatura da participante da pesquisa

Maria Luísa Pereira de Oliveira – pesquisadora

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PESQUISA

Como tudo começou

Toda a vez que me encontro diante de uma situação em que devo elaborar ou produzir novos conhecimentos, muitas lembranças que constituem meu percurso de aprendizagem são evocadas e acabam adquirindo novo significado no presente. A primeira experiência de que posso me lembrar trata-se da aprendizagem da leitura: posso “rever” minha imagem de criança desejando decifrar o que, naquele momento, representavam incompreensíveis símbolos gráficos. E é sempre com esse desejo de novas leituras que me coloco diante dos desafios de novas aprendizagens.

Minhas atividades profissionais tiveram início com o trabalho desenvolvido na área da Psicologia Escolar e Educação Especial, que me proporcionava a oportunidade de pensar sobre as posições daqueles e daquelas excluídas socialmente. Após esse período inicial, vivi experiências docentes em escolas regulares e de ensino profissional. Durante esse exercício continuei sentido com mais nitidez a forma com vão se construindo as relações sociais e como diferenças de raça, gênero e classe social vão sendo utilizadas como fatores de discriminação.

No entanto, ainda estava distante de exercer uma busca por alguma forma de intervenção na sociedade que agisse de maneira específica e incisiva sobre as inquietações que me desacomodavam.

O início da participação política

Minha inserção em Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras representou uma importante transformação, quando me foi possível ressignificar posições pessoais

e profissionais, agora pautadas pelo sentido de responsabilidade e comprometimento social e racial e por uma nova maneira de exercer a cidadania.

A entidade tem por missão institucional a defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas, em especial de afros-descendentes, e o combate às discriminações sexista, étnico-racial e social.

Inicialmente minhas funções se davam na área técnica de minha formação. As atividades desenvolvidas como psicóloga no programa de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, foram acontecendo na perspectiva da defesa dos direitos das mulheres, especialmente das mulheres negras, e da compreensão das relações de raça, gênero e classe social. O trabalho pretendia oportunizar o resgate da auto-estima e valorização pessoal das mulheres beneficiárias do programa a fim de que pudessem efetuar o enfrentamento da violência de gênero e da violência racial, buscando reestruturação para suas vidas.

Com o passar do tempo logo fui capturada e passei a me apropriar das ações que constituíam a participação política da instituição, compreendendo que essas não são dissociadas da prática profissional. As atividades na organização me tomaram de entusiasmo e de uma produtiva indignação. Além disso, passei a viver a satisfação de necessidades de pertencimento e convivência em grupo de semelhantes, bem como experimentar a possibilidade de reflexão e discussão profissionais de temas que ainda não haviam sido possíveis em outros espaços de atuação.

Em janeiro de 2001 passei a integrar a equipe do Programa SOS Racismo - Um Serviço Essencial para a Cidadania, que se constitui de atendimento jurídico e psicossocial às vítimas de racismo e discriminação racial, que se formou naquele momento.

O trabalho de acolhimento psicossocial logo mostrou sua relevância no programa, pois a maioria das denúncias, não são passíveis de ações judiciais e precisávamos lidar com os sentimentos de frustração de denunciantes.

Paradoxalmente, durante as entrevistas percebíamos que a escuta oferecida era muito valorizada e as beneficiárias e beneficiários demonstravam satisfação pelo simples fato de serem ouvidos. O que nos ajudou a dimensionar o quão dolorosa era essa fala que muitas vezes, só era manifestada ali, não sendo compartilhada nem com familiares e amigos, pois o sentimento era de solidão e de aquela era uma experiência única.

As falas das mulheres revelavam particularidades que nos chamavam a atenção. Uma das manifestações recorrentes era a de que os maridos, companheiros ou namorados, em geral, não apoiavam a denúncia e nem as acompanhavam no trajeto institucional, legal (polícia, justiça), contribuindo para aumentar os sentimentos de solidão e de que se encontravam mais vulneráveis ou ameaçadas.

Nosso sentido de responsabilidade e comprometimento com as pessoas que procuram o programa, revelando sentimentos e sofrimentos muito sufocados, foi fortalecendo a convicção de que tínhamos a obrigação de ir além do acolhimento realizado.

A escuta privilegiada que nos foi proporcionada por meio dessa ação, foi a origem do projeto de pesquisa desenvolvido aqui, uma das formas pensadas para avançar nas intervenções e ir além da necessária escuta que realizamos.

A Saúde Coletiva

E foi com o desejo de descoberta e de fazer “novas leituras” que busquei o programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, com a intenção de ampliar, sistematizar e avançar na aquisição de conhecimentos que vinham sendo aportados desde minha inserção na organização não-governamental.

A procura pelo curso de Saúde Coletiva foi fundamentada na expectativa de poder trabalhar meu interesse de estudo na linha de pesquisa sobre vulnerabilidades e encontrar acolhimento nesse campo de conhecimento e por esse programa em particular. Essa escolha também se fundamentava na compreensão de que, a produção de conhecimentos e as atividades acadêmicas, somente têm sentido quando comprometidas e inseridas em ações que possam significar transformações positivas para a vida em sociedade. Continuo com a compreensão de que a produção científica só tem lugar quando comprometida e alinhada a aspectos sociais e políticos que possam resultar em promoção da qualidade de vida de nossa população.

A saúde, entendida na sua integralidade, pareceu-me uma área que poderia contemplar meu desejo de entender e planejar ações que pudessem acionar alguma transformação para a vida das pessoas que buscavam atendimento na ONG. Também tinha a certeza de passaria por transformações em minha própria vida, já que partilhava do pertencimento racial e de gênero.

O início dos estudos

Iniciei o curso com muita expectativa a respeito da forma como seria recebido meu interesse de estudo.

A apresentação das idéias sobre o projeto a ser desenvolvido foi um momento importante e muito significativo pela acolhida da professora orientadora. Desde, então, tenho experimentado a sensação do acolhimento repetidas vezes: pelo professor co-orientador e pela professora que, antes mesmo de compor a banca de qualificação do projeto de pesquisa, contribuiu de modo consistente para a apresentação de uma alternativa teórica que contemplasse e viabilizasse as idéias iniciais sobre o estudo.

Assim, chegamos no momento da implementação da pesquisa.

A constituição do grupo de mulheres negras

Para a realização da pesquisa, foram convidadas oito mulheres que haviam realizado denúncia de discriminação racial no programa SOS Racismo. Foi utilizado o critério de convidar quatro mulheres que estavam vinculadas ao atendimento psicossocial no momento da realização dos grupos e quatro que haviam realizado a denúncia há mais de seis meses e já se encontravam afastadas. O convite para as primeiras foi realizado durante as entrevistas de acolhimento e acompanhamento; as segundas foram procuradas por telefone e duas precisaram ser substituída porque os telefones deixados como contato não respondiam. Realizamos todos os convites, e tanto pessoalmente, como por telefone, explicamos os objetivos da pesquisa e a liberdade das participantes se retirarem do estudo a qualquer momento, se assim julgassem conveniente. Em geral, elas manifestaram satisfação pelo convite para participar e algumas verbalizaram agradecimento por terem sido lembradas e contar com mais essa oportunidade de participar de uma atividade do programa.

As mulheres convidadas poderiam ser consideradas de classe média baixa. Todas vivendo em condições adequadas de habitação, saúde e com acesso a atividades

sociais e de lazer. Duas delas residem em municípios da região metropolitana de Porto Alegre, outras em bairros mais afastados do centro e uma com residência em bairro considerado de classe média. A maioria delas se auto-declararam negras na ficha de identificação inicial e uma se considerou parda.

Conhecendo nossas participantes – um pouco da história das mulheres

De acordo com os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos são utilizados pseudônimos para identificar as participantes do grupo analisado a fim de preservar o anonimato. Quando pensamos na escolha desses pseudônimos gostaríamos que eles nos remetesse a mulheres que tivessem deixado referências identitárias positivas e associadas à resistência das mulheres negras no Brasil. Assim, os pseudônimos escolhidos foram os seguintes:

Luiza Mahin: Há controvérsias quanto ao local de nascimento de Luiza. Não se sabe se veio da África, como escrava, para a Bahia, ou se nasceu já em Salvador. Tornou-se livre por volta de 1812.

Pertencia à nação nagô-jeje, da tribo Mahin, e dizia ter sido princesa na África. Fez de sua casa quartel de todos os levantes escravos que abalaram a Bahia nas primeiras três décadas do século XIX. Na revolta de 1830, estava grávida de Luís Gama, filho que teve de um português e que se tornaria poeta e um dos maiores abolicionistas do Brasil. Luiza envolveu-se nas articulações que levaram à Revolta dos Malês, como ficou conhecida a maior rebelião de escravos entre as tantas ocorridas na Bahia do século XIX. Aproveitando-se de seu trabalho como quituteira, despachava mensagens escritas em árabe para outros rebelados, valendo-se de meninos para levar estes

bilhetes. Se os planos não tivessem sido descobertos e os escravizados fossem vitoriosos, Luiza teria sido empossada Rainha da Bahia Rebelde.

Carolina Maria de Jesus: Nasceu no interior de Minas Gerais, em 1914, numa família de nove irmãos. Tendo que trabalhar para ajudar no sustento da casa, cursou apenas até o segundo ano primário. Mudou-se para São Paulo morando na favela do Canindé, garantia seu sustento e de seus três filhos catando papel. No meio desses papéis velhos, Carolina encontrou uma caderneta e passou a registrar, em forma de diário, o seu cotidiano de favelada. Descoberta por um jornalista, em 1960, teve seu diário publicado com o título *Quarto de Despejo*, hoje em sua 10ª edição. Prefaciado por Alberto Moravia, conhecido escritor italiano, o livro foi traduzido para treze idiomas e impressionava o mundo pela força de sua narrativa e pelo depoimento que retratava a fome e a miséria dos moradores da favela. Em 1961, o livro teve seu texto adaptado para o teatro por Edi Lima e encenado no Teatro Nídia Lícia, no mesmo ano. Enquanto no Brasil Carolina era considerada um fato folclórico, seu livro era comentado pela imprensa internacional, sendo várias de suas páginas transcritas na revista americana “*Life*” e na francesa “*Paris Match*”. Em 1977, ao ser entrevistada por jornalistas franceses, Carolina entrega-lhes os apontamentos biográficos onde narra sua infância e adolescência marcadas pela pobreza e discriminação racial. Em 1986 esses apontamentos são publicados sob o título de *Diário de Bitita*, pela editora Nova Fronteira. Antes desses apontamentos, ela publicou ainda os livros: *Casa de Alvenaria*, *Provérbios e Pedacos da Fome*. Carolina morreu em 1977 na mais completa miséria.

Lélia Gonzáles: Mineira, filha de um ferroviário negro e mãe de origem indígena, e penúltima de dezoito irmãos, migrou em 1942 para o Rio de Janeiro. Historiadora,

antropóloga e filósofa, morreu de problemas cardíacos aos cinquenta e nove anos de idade. Engajou-se na luta contra o racismo e sexismo na década de 1970, período de forte repressão dos governos militares. Pioneira nos cursos sobre Cultura Negra, com destaque para o 1º Curso de Cultura Negra na Escola de Artes Visuais no Parque Lage. Esta escola foi também lugar de expressão de vários artistas e de intelectuais negros. Fez inúmeras viagens no Brasil e ao exterior (EUA, países da África, da América Central, do Caribe e da Europa), buscando denunciar o mito da democracia racial brasileira e o regime de exceção em que o Brasil vivia. Sua meta era, enquanto intelectual e ativista, oferecer instrumentos práticos e teóricos de desmonte das opressões vividas pela maioria da população brasileira.

Rita Maria: Filha de escravos, viveu na Ilha de Florianópolis, capital da então Província de Santa Catarina e residiu nas proximidades do Forte Santana, denominada Praia da Feira, onde se localizava o atracadouro das embarcações, vindas do continente para descarga e comercialização de mercadorias. Cozinhou e lavava para comerciantes que passavam por ali. Benzedeira e curandeira, gozava de muito prestígio junto à população, que chegou, inclusive, a batizar com seu nome o bairro em que ela morava. O bairro, denominado pelo povo, de Rita Maria, deixou de existir, mas a população exigiu que fosse mantida viva a sua história na Ilha, dando seu nome à Estação Rodoviária, de construção moderna, construída em local próximo ao bairro antigo que levava seu nome. Muitas pessoas ainda se lembram de Rita Maria como uma senhora negra, gorda, com mais de 80 anos, sempre risonha, vista todos os domingos na Igreja Nossa senhora do Bom Parto. Morreu na década de 1920 e foi enterrada no Cemitério do Morro, perto de sua casa.

Saionara Santos: Viveu em Porto Alegre, nos anos 1980 e foi uma ativista do feminismo e movimento social negro. Sua formação profissional era Administração de Empresas e em seu trabalho de militância desenvolvia ações e formação para trabalhadoras domésticas com o objetivo de capacitá-las para a organização em entidades de classe de trabalhadoras, a fim de reivindicar condições de trabalho. Foi sócia fundadora de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, em Porto Alegre, no ano de 1987. Naquele momento a organização exerceu o papel protagonista de apontar para os movimentos negro e feminista as especificidades das mulheres negras. Depois de poucos anos da fundação, Saionara mudou-se para a Bahia, onde continuou suas ações no ativismo social. Faleceu ainda jovem e é a única fundadora de Maria Mulher que já morreu.

Enquanto na atualidade ...

Luiza Mahin: Em atendimento psicossocial há um mês, mostra-se bastante abalada pela discriminação sofrida e diz que nunca havia passado por isso antes. Teve dificuldades para se auto-identificar quanto à raça e disse não ter certeza do que isso significa exatamente. Viúva e mãe de uma filha e um filho, ambos adolescentes. O marido era branco e a família dele rompeu qualquer contato com ela e os filhos após o falecimento. Procurou o programa por indicação de uma pessoa conhecida, pois ela não sabia que tal serviço existia. Relata que mudou para esse edifício há pouco tempo para ficar mais perto da casa de sua mãe que a ajuda nas tarefas e casa e com os filhos por quem é totalmente responsável. Profissional da área da saúde, trabalha à noite em um hospital e durante o dia realiza cuidados de pacientes nos domicílios. O vizinho que mora acima de seu apartamento bateu em sua porta reclamando de

suposto excesso de barulho feito pela família dela. Contudo, chegou falando em elevado tom de voz, acusando, sem cumprimentá-la, perguntando de que *morro* *desceram* e dizendo que se ela pensava que naquele prédio iam fazer a mesma coisa estava muito enganada, tendo feito a mesma reclamação mais de uma vez e encaminhado ao síndico. Conta, emocionada que embora o vizinho não tenha feito uma alusão direta à raça negra, ela sentiu o quanto o olhar e as palavras dele estavam carregadas de preconceito ao referir a palavra morro. Na época da realização dos grupos sentia-se triste e receosa de que as agressões se repetissem, a ponto de exigir dos filhos silêncio dentro de casa e ter medo de encontrar com vizinhos nos corredores do edifício, ainda que não fosse responsável por nada. Diz que nunca pensou que isso pudesse acontecer.

Carolina Maria de Jesus: Realizou denúncia há mais de seis meses, mas retorna periodicamente ao programa, sendo acompanhada pelo serviço jurídico e psicossocial. Ainda que seja uma mulher negra de pele clara, não tem dúvidas em declarar-se negra. Trabalhadora da área da saúde, com uma trajetória que evoluiu de trabalhadora doméstica para uma profissão técnica de nível médio, foi aposentada por problemas de saúde. Sofreu injúria racial e move ação judicial de iniciativa privada contra o vizinho, que a responsabilizava pelos latidos de um cachorro e a acusava de pequenos atos de perturbação que ela alega não terem acontecido. Trata-se de uma senhora afável no contato pessoal e, ainda que triste e passando por dificuldades financeiras, não se mostra amargurada, sentindo orgulho da filha, com formação universitária proporcionada por ela. Casada com um homem negro, que ela descreve como de conduta passiva, não recebeu apoio dele para encaminhar a denúncia.

Lélia Gonzáles: Apresenta-se de maneira elegante e com uma postura que lembra o andar das rainhas representadas em filmes épicos. Seu tom de voz é baixo e manifesta boa capacidade de expressão e compreensão verbal. É casada com um homem negro e tem um filho único, mas pouco fala na família. Quando menina foi colocada para trabalhar como doméstica em uma família. Relata que algumas de suas patroas diziam que ela não parecia empregada, pois não se submetia a ordens como carregar malas para homens ou baixar o comprimento da saia. Ela considera que os comentários até a ajudaram a seguir em busca de outros trabalhos e oportunidades. Funcionária pública de nível médio e estudante universitária, escutava um colega de trabalho contar repetidas vezes piadas de cunho racista diante da equipe de trabalho. Ainda que ela já tivesse verbalizado que se sentia desrespeitada, o colega insistia com as piadas. Em determinado dia ela decidiu que não iria mais tolerar o desrespeito e disse a ele que ia denunciá-lo. Chegou ao programa SOS fragilizada e dizendo que não sabia se poderia efetivamente processá-lo, demonstrando conhecimento do serviço e das condições exigidas pela justiça para ingresso de ação penal. Avaliamos que seria pouco provável que a justiça acolhesse a denúncia e pensamos juntas em outras alternativas que ela foi colocando em prática: procurou a chefia imediata do setor, que apenas a escutou e se solidarizou com ela mas não tomou nenhuma providência concreta. Ela se dirigiu à chefia superior que aplicou medida disciplinar ao agressor. Esse procurou a colega pedindo desculpas, o que ela exigiu que fosse feito em público como ele fazia ao contar as piadas.

Rita Maria: Alegre e comunicativa, chegou ao programa após dois meses do episódio da discriminação racial ter acontecido e foi incentivada a procurar o serviço pela psicóloga da creche em que trabalhava. Tem planos para entrar na universidade e

está fazendo curso preparatório para aprovação em concurso público. Conta que ficou muito chocada com o ocorrido e que não esperava que isso pudesse acontecer. Nos primeiros dias sentia muita mágoa e muita tristeza e não conseguia entrar no supermercado onde a violência aconteceu, embora fosse o mais próximo de sua casa. Ela já estava na rua quando dois seguranças a pararam exigindo que abrisse a bolsa e dizendo que ela havia furtado três tubos de creme dental. Ela ficou tão apavorada que abriu a bolsa e eles, assim, que viram o equívoco, se afastaram rapidamente com um lacônico pedido de desculpas. Rita Maria não conseguiu trabalhar naquele dia, mas depois realizou registro da ocorrência na delegacia de polícia. Casada com um homem branco, esse disse que ela só iria se aborrecer registrando o fato. Ela suspeita que, inclusive, ele tenha escondido o primeiro boletim de ocorrência policial que registrou, pois quando procurou na gaveta em que costumam guardar documentos, justamente esse havia sumido. Ela fez um segundo registro. Diz que recebeu apoio dos filhos, mas não conseguiu falar do assunto com a filha que reside em outro estado.

Saionara Santos: É a única solteira, a única que não tem filhos e a mais jovem do grupo. Trabalha no setor de serviços gerais e vai cursar uma reconhecida universidade mediante obtenção de bolsa do governo federal por ter sido muito bem classificada no sistema que avalia. Diz que ainda mora com os pais por não ter condições financeiras de se sustentar. Ela e a irmã entraram em um supermercado para comprar biscoitos para o lanche. Quando chegaram ao caixa para fazer o pagamento, a registradora apontou um preço mais alto do que aquele que estava marcado na prateleira. Elas reclamaram e a funcionária da caixa passou a chamá-las de aproveitadoras colocando-as em situação constrangedora e incitando os demais clientes a se manifestarem contra elas, o que efetivamente aconteceu, ainda que o supervisor tenha sido chamado

e dito que tinham o direito ao preço mais baixo. As duas moças foram registrar o fato em uma delegacia de polícia, onde foram mal-tratadas e acusadas de fazerem qualquer coisa para levar vantagem.

Considerações sobre os grupos

Feitos os convites e acertada a data do primeiro encontro, iniciamos os grupos no mês de janeiro de 2006, em uma manhã escura e chuvosa em que nos perguntávamos se as mulheres responderiam ao convite. Sabíamos que havíamos assumido o risco de ausência das participantes ao escolhermos trabalhar com um número reduzido de mulheres e consideramos a opção adequada para priorizar a qualidade do trabalho. Na hora combinada, chegaram duas mulheres; uma afastada do programa há mais de um ano e outra que retornava de tempos em tempos ao longo de seis meses. As duas vindas de municípios da região metropolitana de Porto Alegre, podendo se perceber facilmente que haviam passado pela chuva torrencial que ainda caía. Após quinze minutos de espera, iniciamos o grupo com a sugestão de nos apresentarmos e falarmos sobre a pesquisa no sentido de explicitar dúvidas que elas pudessem ter. Introduzi, com isso, uma modificação no planejamento de trabalho que previa uma técnica de grupo para a apresentação, impossibilitada pelo reduzido número de participantes.

Contudo, no transcorrer das atividades do grupo foram chegando, sucessivamente, outras três mulheres e, a cada entrada, repetimos a apresentação, o que fez com que repetissem, também, o motivo que as trouxe ao programa, ainda que isso não tenha sido solicitado. Nesse primeiro grupo foram verbalizados sentimentos de tristeza, raiva pelo acontecimento da discriminação racial, sensação de vergonha e humilhação,

receio de que a violência pudesse acontecer novamente. Ouvimos também a narrativa de comportamentos de evitar os locais onde os episódios aconteceram, caracterizando o repertório lingüístico da discriminação racial.

O segundo grupo foi analisado à luz das práticas discursivas e nele emergiram estratégias de enfrentamento e resistência. A apresentação de cada participante foi retomada, agora com uma técnica de grupo e registrou-se a presença de duas outras mulheres que não estavam no primeiro encontro e a ausência de outras duas que não retornaram. Entendendo os diálogos sob a perspectiva das práticas discursivas, consideramos que as falas da pesquisadora, assim como as das demais participantes, estiveram atravessadas, ora pelas referências identitárias autônomas e ora pelo assujeitamento que caracterizou algumas colocações.

O terceiro grupo contou apenas com a presença de duas participantes que se mantiveram assíduas durante os três encontros. Esse momento caracterizou-se pela reflexão sobre como lidar com as condutas discriminatórias a partir de um estímulo que foram frases reproduzindo estereótipos acerca da população negra como um todo e das mulheres negras em particular. O grupo caracterizou o repertório dos modos de subjetivação e das estratégias de resistência. A reflexão estimulada pelas frases que repetiam estereótipos a respeito de raça e discriminação trouxe à tona a discussão sobre as formas de reação possíveis para realizar o enfrentamento dessas violências. Além disso, as participantes reconheceram e avaliaram o conjunto de estratégias de resistência criado pelas mulheres negras.

Falando sobre a análise

Esse estudo foi elaborado sob a perspectiva do aporte teórico-metodológico das práticas discursivas que foram pensadas a partir do chamado “giro lingüístico”. Para o “giro lingüístico” a linguagem tornou-se um instrumento de exercício do pensamento e de constituição de idéias e assumiu um protagonismo nas ciências sociais nos últimos anos, porque fez surgir a possibilidade de a ação científica ser considerada uma prática social equivalente a qualquer outro tipo de ação social. As práticas discursivas são tomadas no contexto da psicologia social e da produção de sentidos como forma de conhecimento que se filia à perspectiva construcionista e situa essas práticas dentre as várias correntes voltadas ao estudo da linguagem. A psicologia social crítica ressalta o caráter político da ação social inseparável da produção de efeitos, das relações de poder e da dimensão ética. Dentre os autores com os quais trabalhamos podemos ressaltar Kenneth Gergen, um dos precursores do construcionismo social; Tomás Ibañez e Lupicínio Iñiguez, na Universidade Autônoma de Barcelona; Margareth Wetherell e Jonathan Potter, sobre os repertórios interpretativos e no Brasil Mary Jane Spink que contribuiu na formulação dos repertórios lingüísticos.

Nesse trabalho utilizamos os mapas dialógicos como ferramenta para a análise das práticas discursivas que são instrumentos de visualização do processo de interanimação que permitem entender as múltiplas modalidades de diálogos e constituem uma ferramenta para evidenciar as categorias ou temas principais do estudo. Os mapas são utilizados como o manancial a partir do qual se identificam os repertórios lingüísticos ou unidades analíticas básicas do discurso, utilizadas nas falas cotidianas das pessoas com as quais se trabalha, e compreendem vocábulos, expressões, figuras de linguagem tais como metáforas, metonímias e termos utilizados pelos falantes. A técnica de construção do mapa seguiu as seguintes etapas: utilizamos

o programa Word for Windows para digitar os diálogos dos grupos; construímos uma tabela com um número de colunas igual aos dos temas identificados e transferimos o conteúdo do texto de acordo com a seqüência dos diálogos. Apresentamos um excerto do mapa dialógico construído na análise do segundo grupo de mulheres negras em diálogos onde identificamos os três repertórios trabalhados: o da discriminação racial, o dos modos de subjetivação e identidades e o das estratégias de enfrentamento e resistência. Figura 1: Exemplo de elaboração do Mapa Dialógico:

Autoras	Repertórios Linguísticos		
	Discriminação racial	Identidades e Modos de Subjetivação	Estratégias de enfrentamento e resistência
Carolina M. de Jesus		Que as minhas fotos eu deixei todas com a K., né, quando me deu o AVC eu trouxe um pouco das minhas coisas para cá. E eu trouxe mais assim as fotos, né. Que a K. ai vai ficar lá o pai vai deixar...que o pai é muito assim de juntar gente, sabe, vai desaparecer, então ela trouxe prá cá...meu companheiro é muito de...ele consegue juntar pessoas, eu já não sou assim	
Lélia Gonzales		Ah! Pessoas que eu conheço aqui	
Rita Maria	Você lembra a primeira vez que eu falei com você que nunca tinha sentido discriminação antes? (dirige-se para as outras) Aí ela me falou dos dados que no Rio também tinha essa discriminação e tal ... mas como eu nunca tinha sofrido. A gente só passa a saber ...		
Carolina M. de Jesus	...Depois que sofre na pele.		
Rita Maria	Então infelizmente foi aqui, ...lá eu já tinha trabalhado... em vários lugares...não discriminava assim ... o comércio... sabe, não sei se é		

	porque é uma cidade assim...de turismo e (ri) os gringos e tal, admiram ... assim...a nossa cor. Talvez seja por isso que eles não discriminem tanto ..assim ...se vai trabalhar em loja ...comércio		
Rita Maria		...eu acho que não discriminam isso aí...a cor da pessoa, não olham isso, porque é uma mistura...agora aqui é mais difícil, né...eu achei aí depois agente começa a enxergar...	
Luiza Mahin			É...depois da primeira vez parece que tudo fica mais claro
Carolina M. de Jesus	A semana passada essa colega falou uma coisa que eu saí daqui pensando e é realmente, nós duas já trabalhamos junto a gente sabe. Da enfermeira pegar a gente na sala de procedimento, que a gente tá preparando os medicamentos e aí ela começa, né,... como é que a gente vai denunciar, não tem ninguém que vê...		
Luiza Mahin	Não tem testemunha		
Carolina M. de Jesus	É, só tem os baba-ovo, sempre puxando o saco dela		
Luiza Mahin		É porque na realidade a gente é uma minoria	
Carolina M. de Jesus	É, eu saí daqui pensando eu digo: olha ela tem razão. Né, porque eu não conhecia MM na época, mas eu sofri, eu sofri na carne isso aí de tá... mas não tem ninguém ali que..., como é que tu vai provar. Aí eu fiquei pensando, digo olha se agente começar a pensar...que é coisa assim que passa despercebido, na hora dá aquela raiva depois passa despercebido, depois aí quando chega um colega e fala ... que eu comecei a pensar o que agente sofreu		
Rita Maria		E o pior, minha netinha tem 3 anos. Não agora ela tem cinco, quando eu cheguei aqui ela tinha 3 anos e ela foi prá	

		escola,né, pra creche e quando ela chegou em casa logo depois assim de um mês, ela ficava assim, vó eu não sou preta (risos)	
Rita Maria			...eu falava você é preta, nós somos pretos e ela ficava assim só falando que não era preta, a A. L., que ela chama. Aí depois quando minha nora foi na escola, as colegas eram tudo clarinhas e ficavam chamando ela de preta. Agora ela tem cinco anos e agente ta sempre falando com ela você é negra, você é linda, maravilhosa.
pesquisadora	Por que será que já é difícil entre crianças tão pequenas		
Luiza Mahin		Pela própria diferença que já apresentam pra ela, né...	
Luiza Mahin	As brincadeiras...na hora de escolher pra brincar, ela já é colocada um pouco de lado em certos momentos ali na escolhinha...por isso ela já sentiu a discriminação		
Lélia Gonzales		Eu acho que já começa dentro do próprio lar, porque o próprio negro tem mania de não se valorizar. Eu acho que quando o negro tem uma ascendência ele procura prá casar uma pessoa branca. Então eu acho que é uma coisa que tá lá dentro enraizada que o negro é inferior, na minha casa sempre foi assim	
Lélia Gonzales			Eu acho...a gente precisa desenvolver uma educação e colocar nas nossas cabeças que nós temos valor
Rita Maria			Hoje minha neta tá bem entrosada na turma e a gente tá sempre falando você é bonita, você não pode olhar seus colegas pela cor, tem que ver quem você gosta, com quem gosta de brincar ...que gostem de você.

Avaliando o processo

Em diversos momentos nos grupos, as mulheres disseram que gostariam de participar de outros possíveis grupos, atuando como multiplicadoras que poderiam acolher pessoas recém-chegadas ao programa, pois saberiam entender e lidar com a situação da discriminação.

O grupo dispositivo foi pensado, para além da pesquisa, como mais uma forma de intervenção do programa SOS Racismo, pois avaliamos que a vivência da discriminação racial é sentida como algo único e solitário. Assim, consideramos que a escuta da narrativa de experiências semelhantes, facilitaria a capacidade das participantes compartilharem sentimentos comuns. O grupo potencializou as estratégias de enfrentamento à violência racial ao oportunizar a troca das vivências, fazendo com que a queixa privada passasse para a dimensão pública e constituindo um espaço de construção de referências identitárias autônomas e de outros modos de subjetivação. O que parece efetivamente ter acontecido, confirmando o significado das intervenções grupais que representa um aporte qualitativo e um avanço nas ações da ONG no que se refere ao atendimento de denúncias de racismo e discriminação racial.

